

● JUSTIÇA

Quatro denúncias na origem da investigação às câmaras PS

MIGUEL FERNANDES LUÍS
mfluis@dnnoticias.pt

Quatro denúncias anónimas, relacionadas com supostas irregularidades em contratos de aquisição de serviços em autarquias e financiamentos partidários do PS, estão na origem das buscas que a Polícia Judiciária realizou, desde quarta-feira, nas câmaras municipais do Funchal, Ponta do Sol, Machico e Porto Moniz.

Ontem, tanto a Polícia Judiciária como a Procuradoria-Geral da República (PGR) confirmaram a realização de buscas para recolha de prova nas autarquias da Madeira, as quais estiveram a cargo da Unidade Nacional de Combate à Corrupção e do Departamento de Investigação Criminal da Madeira da PJ.

No inquérito, dirigido pelo Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa e que se encontra em segredo de justiça, estão a ser investigados “eventuais crimes de participação económica em negócio, corrupção activa, corrupção passiva, tráfico de influências e abuso de poder”. A PGR referiu ao DIÁRIO que “até ao momento não houve lugar à constituição de arguidos”.

Uma denúncia anónima enviada em Novembro de 2018 para a plataforma da Procuradoria-Geral da República esteve na origem desta investigação. O documento visava especificamente a autarquia do Funchal, então presidida por Paulo Cafôfo, mas também o vereador Miguel Silva Gouveia (hoje presidente). Os autarcas eram acusados de fraccionamento de contratos de serviços e obras. Ao adjudicarem tais contratos por valores mais baixos não tinham de abrir concursos públicos e tinham maior liberdade para escolher as empresas e prestadores de serviços através de procedimentos como o ajuste directo ou a consulta prévia. Um dos exemplos apontados tinha a ver com obras de renovação da rede de águas e esgotos.

Além desta denúncia de 2018, a PJ e o DIAP de Lisboa estão a passar em revista as situações descritas em três outras participações anónimas entregues em 2017 no DIAP do Funchal e que acabaram arquivadas, depois de inquiridos os dirigentes camarários. Uma das denúncias era relativa aos va-



Câmaras presididas por Célia Pessegueiro e Paulo Cafôfo (até 2019) são visadas. Investigação foi aberta em Lisboa há dois anos mas, para já, não tem arguidos.

lores elevados que a CMF pagou a duas empresas (‘Senhores do Ar’ e ‘Smart Choice’) para a realização de espectáculos musicais. Tais custos seriam alegadamente empolados para criar um ‘saco azul’. O dinheiro serviria para pagar a promoção partidária.

Outra denúncia tinha igualmente a ver com contratos da CMF com valores supostamente empolados mas envolvendo o grupo de marketing político con-

DENÚNCIAS ANÓNIMAS REFEREM QUE CONTRATOS PÚBLICOS FINANCIAM ACCÕES PARTIDÁRIAS



Actual presidente da CMF, Miguel Silva Gouveia, diz-se sereno e colaborante.

tinental LPM. O anónimo garantia que tais contratos eram um esquema que visaria pagar as campanhas eleitorais da coligação liderada pelo PS.

Por fim, a terceira denúncia de 2017 deverá estar relacionada com contratos com uma empresa de publicidade que presta serviço a várias câmaras do PS. A edição ‘online’ da revista Sábado revelou ontem que a sociedade ‘NP Publicidade, Unipessoal’, detida pelo

ex-deputado municipal do PS no Funchal Nélcio Pereira, foi um dos alvos das buscas. Esta gráfica teve, segundo a ‘Sábado’, “ajustes directos com várias autarquias, incluindo a do Funchal, para a produção de materiais gráficos variados (folhetos e cartazes)”, sendo que os processos de contratação aconteceram quando o empresário ainda era deputado municipal do Funchal e Paulo Cafôfo o presidente do município.

Remetidos ao silêncio

Os presidentes de Câmara do Porto Moniz, Ponta do Sol e Machico não quiseram pronunciar-se, até ontem, sobre a realização de buscas nas respectivas autarquias. Emanuel Câmara, Célia Pessegueiro e Ricardo Franco, respectivamente, mantêm-se em silêncio, sendo que de entre estes três apenas a autarca ponta-solense confirmou publicamente a investigação - neste caso em declarações prestadas à Agência Lusa - não adiantando quaisquer outros pormenores.

Até ao fecho desta edição apenas o presidente do PS-Madeira, Paulo Cafôfo, e o presidente da Câmara Municipal do Funchal, Miguel Silva Gouveia, reagiram ao sucedido. O líder dos socialistas optou por abordar a situação através de um comunicado, mostrando-se “totalmente disponível para colaborar com as autoridades judiciais” no âmbito da investigação em curso “que tem por base uma denúncia ‘on-line’ que remonta a 2018”. Sem especificar os municípios em causa, todos ‘chefeados’ pelo PS, o